REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

MULHERES NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS: ESTUDO DE CASO SOBRE PRÁTICAS, FORTALECIMENTO E AUTONOMIA NO MEIO RURAL

WOMEN AT AGROECOLOGICAL FARMERS' MARKETS: A CASE STUDY OF PRACTICES, EMPOWERMENT, AND AUTONOMY IN RURAL AREAS

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 07/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793762681

Célia Araújo Maciel[1]

Virgínia de Fátima Bezerra Nogueira[2]

Lúcia Helena Farias Lira[3]

Iara Torres de Castro[4]

Marciana Gomes Sampaio[5]

Jussara Silva Dantas[6]

Patrícia Carneiro Souto[7]

RESUMO

As feiras agroecológicas constituem espaços de comercialização, sociabilidade, organização coletiva e valorização dos saberes da agricultura familiar, contribuindo para a autonomia econômica e o protagonismo das mulheres rurais. Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a participação das mulheres nas feiras agroecológicas, destacando processos de empoderamento, autonomia e transformação social associados à agroecologia e à economia solidária. Metodologicamente, adotou-se a revisão integrativa orientada pelo protocolo PRISMA, com buscas realizadas no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados às feiras agroecológicas, agroecologia, mulheres e feminismo agroecológico. Foram identificados aproximadamente 15.370 documentos, dos quais 16 artigos atenderam aos critérios de inclusão e compuseram a amostra final. Os resultados evidenciaram que a participação feminina nas práticas agroecológicas e nos espaços de comercialização favorece a geração de renda, a organização coletiva, a valorização dos conhecimentos tradicionais e o fortalecimento da autonomia das agricultoras. Na Feira da Agricultura Familiar de Canindé, constatou-se expressivo protagonismo feminino, com 12 mulheres entre os 22 feirantes, atuando na produção e comercialização dos alimentos. Essas práticas apresentam interface com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2 e 5, relacionados à agricultura sustentável e à igualdade de gênero. Como produto aplicado, elaborou-se uma cartilha educativa destinada às agricultoras da feira, reunindo informações sobre agroecologia, produtos, comercialização e valorização do trabalho feminino. Conclui-se que as feiras agroecológicas fortalecem a agricultura familiar, a autonomia feminina e o desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Economia solidária; Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

Agroecological markets serve as spaces for trade, social interaction, collective organization, and the recognition of family farming knowledge, contributing to the economic autonomy and agency of rural women. This study aimed to conduct an integrative literature review on women's participation in agroecological markets, highlighting processes of empowerment, autonomy, and social transformation associated with agroecology and the solidarity economy. The methodology consisted of an integrative review guided by the PRISMA protocol, with searches conducted on the CAPES Journals Portal and Google Scholar using search terms related to agroecological markets, agroecology, women, and agroecological feminism. Approximately 15,370 documents were identified, of which 16 articles met the inclusion criteria and constituted the final sample. The findings revealed that women's participation in agroecological practices and marketing spaces promotes income generation, collective organization, recognition of traditional knowledge, and greater autonomy for women farmers. At the Canindé Family Farming Market, women played a prominent role, accounting for 12 of the 22 vendors and engaging in both food production and sales. These practices align with Sustainable Development Goals 2 and 5, which address sustainable agriculture and gender equality. As a practical output, an educational booklet was developed for the market's women farmers, bringing together information on agroecology, products, marketing, and the recognition of women's work. The study concludes that agroecological markets strengthen family farming, women's autonomy, and sustainable territorial development.

Keywords: Family farming; Solidarity economy; Territorial development.

1. INTRODUÇÃO

As feiras agroecológicas constituem espaços de comercialização, sociabilidade e resistência que articulam práticas econômicas solidárias, princípios ecológicos e dimensões culturais e educativas. Nesses espaços, o encontro, a troca de saberes e o exercício da cidadania fortalecem a agricultura familiar e a agroecologia feminista, evidenciando a participação ativa das mulheres camponesas, agricultoras e artesãs (Cantalice, 2025).

Ferreira (2018) destaca que esses espaços possibilitam a comercialização direta de produtos agroecológicos entre agricultores e agricultoras familiares e consumidores, fortalecendo circuitos curtos, diversificando a produção e aproximando quem produz de quem consome. Nesse contexto, a participação feminina ganha relevância, pois a presença das mulheres nas feiras amplia sua visibilidade no espaço público e fortalece seu protagonismo nas atividades produtivas e comerciais.

Estudos recentes demonstram que as feiras agroecológicas fortalecem vínculos comunitários, promovem autonomia financeira e política e valorizam o trabalho feminino no campo (Regis et al., 2025; Barbosa et al., 2022; Marchetti, 2022; Câmara et al., 2023; Girelli et al., 2024). A agroecologia contribui, nesse sentido, para questionar desigualdades de gênero e ressignificar a participação das mulheres na produção, na comercialização e na organização social.

Além de favorecerem o acesso a alimentos saudáveis e a remuneração justa de quem produz, as feiras valorizam

conhecimentos tradicionais e práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis (Gomes, 2020; Leite; Teles, 2019). Sua organização participativa também fortalece associações, vínculos comunitários e identidades coletivas, constituindo formas de resistência ao modelo agrícola hegemônico (García Roces, 2017).

Na agricultura familiar, parte significativa da produção agroecológica destina-se ao autoconsumo e à segurança alimentar, enquanto os excedentes podem ser comercializados nas feiras locais, contribuindo para a geração de renda e a melhoria das condições de vida das famílias rurais (Santos, 2024). Esses mercados de proximidade fortalecem a autonomia das comunidades e articulam dimensões ecológicas, sociais, econômicas e políticas do desenvolvimento sustentável (Anderson et al., 2019). Dessa maneira, as feiras agroecológicas apresentam-se como alternativas ao modelo agroindustrial hegemônico e contribuem para a sustentabilidade dos territórios rurais (Pisco, 2025).

Embora estudos recentes tenham evidenciado a participação feminina na agroecologia, ainda existem lacunas na compreensão integrada das relações entre práticas produtivas, comercialização, autonomia das mulheres e construção de identidades coletivas. Esta pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender a contribuição das feiras para o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia feminista, com destaque para o protagonismo das mulheres agricultoras. Investigar essas relações pode contribuir para o debate acadêmico e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e ao desenvolvimento territorial sustentável.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a participação das mulheres nas feiras agroecológicas, orientada pelas diretrizes do protocolo PRISMA, destacando os processos de empoderamento, autonomia e transformação social associados à economia solidária e à agroecologia. Para tanto, busca mapear os principais resultados de pesquisas recentes sobre feiras agroecológicas e analisar como a participação das mulheres agricultoras em práticas agroecológicas e espaços de comercialização contribui para sua autonomia econômica, organização coletiva e protagonismo territorial, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5 - Igualdade de Gênero).

Ao aproximar essa discussão da realidade local, o estudo também busca identificar as contribuições das mulheres da Feira da Agricultura Familiar de Canindé, no Ceará, para o fortalecimento da autonomia econômica e do desenvolvimento territorial sustentável, considerando suas interfaces com o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 5. Esse enfoque permite relacionar a valorização do trabalho feminino à produção de alimentos saudáveis, à geração de renda e à participação das agricultoras na construção de alternativas para o desenvolvimento de seus territórios.

Como desdobramento educativo da pesquisa, pretende-se elaborar uma cartilha destinada às mulheres agricultoras familiares da Feira de Canindé-CE, reunindo informações sobre os dias e horários de funcionamento da feira, a identificação dos produtos agroecológicos e orientações sobre estratégias de comercialização, agregação de valor e atendimento ao público. Com esse material, busca-se contribuir para a geração de renda, a visibilidade do trabalho

feminino e o fortalecimento da participação das agricultoras na organização e na valorização da feira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Agroecologia e Economia Solidária: Fundamentos e Práticas Sociais

No cenário brasileiro, observa-se que a partir da década de 1980 a economia solidária ganhou força como resposta às crises econômicas e sociais vivenciadas naquele período, consolidando-se especialmente entre as décadas de 1990 e 2000, com a ampliação significativa dos empreendimentos solidários e o fortalecimento do debate público sobre o tema. Tal expansão culminou na criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, cuja função consistia em promover e coordenar políticas públicas voltadas ao setor, representando um marco, pois ampliou o escopo de atuação do Ministério para além da regulação das relações de trabalho assalariadas, reconhecendo e valorizando as formas de trabalho não capitalistas presentes no país (Silva, 2024).

A atuação da SENAES, em cooperação com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), não se restringiu ao apoio institucional e financeiro aos empreendimentos, mas também se dedicou ao mapeamento e sistematização das experiências em curso, realizando dois grandes levantamentos nacionais: o primeiro entre os anos de 2005 e 2007, e o segundo entre 2009 e 2013 (Ramalho, 2024). Esses estudos contribuíram para a consolidação de um panorama abrangente das práticas solidárias no Brasil e para o fortalecimento das redes de cooperação e articulação territorial.

A Economia Solidária pode ser compreendida como um modelo alternativo de organização econômica baseado em princípios de cooperação, autogestão e solidariedade que se estruturam de modo a garantir que as decisões coletivas considerem os interesses comuns de seus participantes. A autogestão é elemento central desse processo, uma vez que a propriedade dos meios de produção é coletiva ou compartilhada, exigindo que o planejamento, a coordenação e a execução das atividades sejam definidas de forma participativa, e a solidariedade, por sua vez, orienta a distribuição equitativa dos resultados e busca promover uma forma de reprodução social que priorize o bem viver e a sustentabilidade ambiental (Silva, 2024).

No aspecto conceitual, a economia solidária se configura como uma prática socioeconômica alternativa ao modelo capitalista tradicional, fundamentada em valores de cooperação, autogestão e solidariedade. Conforme Oliveira (2024), esse modelo "não tem como finalidade última o lucro, mas o bem-estar coletivo e a inclusão social de seus participantes". Para o autor, os empreendimentos autogestionários são a expressão concreta dessa proposta, pois permitem que os próprios trabalhadores detenham o controle das decisões econômicas e organizacionais, superando a lógica hierárquica e centralizadora típica das empresas convencionais.

As relações de trabalho assalariado, características do sistema capitalista e baseadas na compra e venda da força de trabalho, são contrapostas pelas práticas que fundamentam a economia solidária. Nessa perspectiva, reconhecer as iniciativas solidárias implica admitir a existência de um sujeito coletivo dotado de especificidades próprias, que busca sua emancipação por meio do trabalho associado e autogestionário, que constrói novas formas de

organização do trabalho, pautadas na cooperação e na partilha, em oposição à lógica individualista e competitiva predominante na economia capitalista (Ribeiro, 2025).

Considerando que o sistema econômico-social capitalista ainda ocupa posição hegemônica nas relações produtivas e mercantis, torna-se fundamental compreender de que maneira as iniciativas econômicas solidárias se inserem no tecido social e territorial. Essas experiências se apresentam como estratégias de resistência e transformação, capazes de redefinir dinâmicas locais e de criar novos espaços socioeconômicos, rompendo com modelos tradicionais de produção, comercialização, crédito e consumo consolidados ao longo do tempo (Souza, 2024).

A Economia Solidária alcançou, nas últimas décadas, significativa representação nacional e inserção nas políticas públicas brasileiras, consolidando-se como um movimento social organizado, sendo impulsionado pela intensa articulação entre os participantes, entidades representativas e o poder público, especialmente por meio das ações promovidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e pelas secretarias estaduais. Ainda que a trajetória da economia solidária tenha enfrentado descontinuidades e desafios administrativos no âmbito federal, as políticas implementadas nos anos iniciais contribuíram decisivamente para sua consolidação como campo legítimo de atuação política, econômica e social (Carvalho, 2025).

A economia solidária oferece oportunidades para populações historicamente excluídas, promovendo autonomia econômica e ampliando a participação social, o que evidencia seucompromisso com a justiça social e a redução das desigualdades estruturais. Além

de sua dimensão econômica, incorpora princípios éticos e ambientais orientados por práticas produtivas sustentáveis e pela responsabilidade ecológica. Em muitos casos, os empreendimentos solidários articulam-se à agroecologia e a outros sistemas de produção ambientalmente responsáveis, demonstrando que o desenvolvimento econômico pode ocorrer de forma integrada à preservação ambiental, ao fortalecimento da cidadania e à construção de modelos de desenvolvimento mais justos, inclusivos e sustentáveis (Gaiger, 2023).

A economia solidária está associada a agroecologia, que é um campo de práticas e saberes que compartilham princípios éticos, sociais e ambientais voltados à sustentabilidade e à justiça social, ambas propõem uma reconfiguração das relações de produção e de consumo, valorizando o trabalho coletivo, a autonomia das comunidades e a gestão democrática dos recursos naturais. Nesse sentido, os empreendimentos solidários que se articulam com práticas agroecológicas expressam uma forma concreta de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento, ao promoverem uma economia comprometida com o bem viver, com a diversidade cultural e com a preservação ambiental, demostrando que é possível construir sistemas produtivos que conciliem geração de renda, equidade social e equilíbrio ecológico, consolidando um projeto de desenvolvimento territorial sustentado pela cooperação e pela solidariedade (Dantas, 2021).

A agroecologia configura-se como uma abordagem científica, prática e social que busca compreender e promover sistemas agrícolas sustentáveis, resilientes e socialmente justos, baseando-se na integração entre os princípios ecológicos e os sistemas produtivos, buscando o equilíbrio entre os aspectos ambientais,

econômicos e socioculturais que compõem os territórios rurais. De acordo com Altieri (2012), a agroecologia “incorpora princípios ecológicos para criar sistemas agrícolas que se assemelham aos ecossistemas naturais, com a menor dependência possível de insumos externos”. Essa concepção rompe com o paradigma da agricultura industrial, ao priorizar a autonomia dos agricultores e a revalorização dos saberes locais como elementos centrais na construção de modelos produtivos sustentáveis.

Uma das características da agroecologia é o reconhecimento do conhecimento tradicional e local como componente essencial para a transformação das práticas agrícolas. Conforme afirmam Altieri e Nicholls (2000), “o conhecimento tradicional dos agricultores locais constitui uma base indispensável para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos, pois incorpora práticas adaptadas ao contexto ecológico e social da região”, reforçando assim o caráter dialógico e transdisciplinar da agroecologia, que se constrói na interface entre o saber científico e o saber popular, respeitando a diversidade biológica e cultural dos territórios rurais.

Sua contribuição é fundamental para o desenvolvimento de sistemas produtivos que respeitam a natureza e promovem a soberania e a segurança alimentar, bem como a autonomia política e produtiva dos povos. Dessa forma, a agroecologia consolida-se não apenas como uma alternativa técnica de produção, mas também como um projeto ético, político e civilizatório, orientado pela justiça social e pela sustentabilidade dos ecossistemas (Vieira, 2023).

A relação entre a economia solidária e a agroecologia revela uma profunda interdependência, marcada por princípios compartilhados de cooperação, sustentabilidade e emancipação social. Gaiger

(2023), destaca que “a economia solidária oferece uma base de organização que favorece a implementação de práticas agroecológicas, pois ambas se fundamentam na cooperação e na sustentabilidade”, potencializando a autonomia dos agricultores e agricultoras, ampliando sua capacidade de resistência às pressões impostas pelo mercado convencional, promovendo formas alternativas de produção e comercialização baseadas na justiça social e na responsabilidade ambiental. Enquanto a economia solidária organiza os produtores em redes de colaboração, a agroecologia propõe sistemas agrícolas que se desenvolvem em harmonia com os ecossistemas naturais, fortalecendo a resiliência econômica e ecológica das comunidades (Altieri, 2012).

A economia solidária, ao estruturar redes de apoio mútuo, proporciona o suporte necessário para que os produtores agroecológicos enfrentem a concorrência desigual do agronegócio e mantenham sua autonomia produtiva. Segundo Singer (2002), “a economia solidária cria condições para que os pequenos agricultores se organizem e se protejam da concentração de mercado e da exploração”, garantindo a viabilidade e a continuidade dos empreendimentos sustentáveis.

A relação entre economia solidária e agroecologia possui uma dimensão de gênero relevante, ao favorecer a inclusão e o empoderamento das mulheres rurais, algo a ser aprofundado no próximo capítulo. Para Carvalho e Leitão (2009), “a economia solidária e a agroecologia têm o potencial de transformar as relações de gênero no campo, pois favorecem a organização e a valorização do trabalho das mulheres”. Em muitas comunidades, elas ocupam posições centrais na produção de alimentos, na gestão dos recursos naturais e na transmissão dos saberes locais, desempenhando papel

estratégico na consolidação de práticas agroecológicas inclusivas e sustentáveis.

2.2. Gênero, Trabalho e Empoderamento Feminino na Agroecologia

Nas unidades de produção familiar rural, durante muito tempo, os espaços doméstico e produtivo estiveram integrados, dificultando a distinção entre as atividades produtivas e reprodutivas desempenhadas por homens e mulheres. Essa configuração contribuiu para reforçar um padrão histórico de invisibilidade do trabalho feminino, especialmente em contextos marcados pelo patriarcalismo, nos quais o homem é socialmente reconhecido como chefe e principal representante da unidade familiar. Como consequência, as contribuições das mulheres para a produção, a gestão e a reprodução social das famílias rurais foram frequentemente desvalorizadas ou naturalizadas como mera extensão das responsabilidades domésticas, sendo que essa perspectiva, amplamente presente no campesinato e na agricultura familiar, contribuiu para a subvalorização das mulheres como trabalhadoras do campo, limitando o reconhecimento de seu papel econômico, social e político no desenvolvimento rural (Silveira, 2022).

A falta de reconhecimento das mulheres como agricultoras familiares ou trabalhadoras rurais decorre da desvalorização de suas atividades, frequentemente marcadas pela ausência de remuneração ou pela atribuição de menor importância econômica. Nesse contexto, o empoderamento econômico constitui um elemento fundamental para a conquista da autonomia e da cidadania plena. Estudos recentes evidenciam que o reconhecimento do valor econômico do trabalho das mulheres

rurais, aliado ao acesso à renda e à participação na gestão dos empreendimentos familiares, fortalece sua autonomia, amplia seu poder de decisão e contribui para reduzir as desigualdades de gênero no meio rural (Demetrio; Gazolla; Wedig, 2024).

A construção da identidade de trabalhadora rural constitui um processo de emancipação que fortalece o protagonismo feminino e amplia a participação das mulheres nos espaços de decisão, transformando-as em sujeitos políticos capazes de influenciar os processos de desenvolvimento rural. Estudos recentes evidenciam que o reconhecimento das mulheres como agricultoras familiares, e não apenas como auxiliares ou "esposas de agricultores", representa um elemento essencial para a valorização do trabalho feminino, para a ampliação da autonomia e para o fortalecimento da equidade de gênero no campo (Herrera et al., 2024).

O empoderamento das mulheres constitui um processo contínuo de fortalecimento da autonomia, da autoestima e da capacidade de exercer controle sobre as próprias escolhas e condições de vida. Esse processo envolve o acesso a recursos, oportunidades e espaços de decisão, possibilitando que as mulheres atuem como protagonistas na transformação das relações sociais e produtivas. No contexto da agricultura familiar, o empoderamento está associado ao reconhecimento de seus direitos, à participação nos processos decisórios, ao acesso à renda, à terra, às políticas públicas e aos mercados, favorecendo a construção de relações mais equitativas e sustentáveis (FAO, 2023; ONU Mulheres, 2024).

No contexto da agricultura familiar, a agroecologia desponta como uma estratégia relevante de desenvolvimento territorial sustentável, apresentando expressivo potencial para promover inclusão social,

geração de renda e fortalecimento da permanência, ou mesmo da reterritorialização, das populações rurais. Essa abordagem tem contribuído para a melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias agricultoras, com destaque para os grupos sociais historicamente mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, principalmente as mulheres.

Bernardo e Almeida (2023) destacam que a agroecologia constitui um importante instrumento de fortalecimento da autonomia e do protagonismo das mulheres camponesas, especialmente por meio dos quintais produtivos, reconhecidos como espaços de produção de alimentos, conservação da agrobiodiversidade, geração de renda e reprodução da vida. As autoras argumentam que esses espaços ultrapassam sua função produtiva ao evidenciarem práticas de resistência, resiliência e soberania territorial, fundamentadas nos princípios da economia feminista e da agroecologia. Nesse contexto, ressaltam que a construção de territórios agroecológicos depende do reconhecimento do trabalho historicamente invisibilizado das mulheres e da adoção de indicadores e políticas que valorizem suas contribuições para a sustentabilidade, a justiça social e a transformação das relações de gênero no meio rural.

Freitas et al. (2023) ressaltam que os saberes e as experiências das mulheres rurais são fundamentais para a manutenção dos sistemas agroalimentares familiares, contribuindo para a segurança alimentar, a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável dos territórios. Assim, o reconhecimento desses conhecimentos e do protagonismo feminino constitui elemento essencial para o fortalecimento da agroecologia e para a construção de relações sociais mais justas e equitativas no meio rural. Nesse sentido, a busca por um feminismo agroecológico representa uma

ação concreta diante dos desafios ecológicos, agroalimentares e sociais impostos pela modernidade capitalista e patriarcal, propondo a construção de novas formas de modernidade, de caráter ecofeminino, orientadas pelos princípios da inclusão, da diversidade e da sensibilidade social das mulheres, reconhecendo e resgatando o legado feminino na agricultura como base para a formulação de propostas contemporâneas e inovadoras voltadas à sustentabilidade e à justiça social.

O empoderamento das mulheres rurais tem ganhado centralidade nos debates sobre desenvolvimento rural sustentável, especialmente em experiências de produção agroecológica e de organização coletiva da agricultura familiar. Nesses espaços, a ampliação da autonomia econômica, política e social das agricultoras está associada ao fortalecimento da participação feminina nos processos decisórios, à valorização de seus saberes e à construção de relações de gênero mais equitativas. Dessa forma, a agroecologia consolida-se não apenas como um modelo de produção sustentável, mas também como um instrumento de transformação social, capaz de enfrentar desigualdades históricas e promover formas mais democráticas e inclusivas de organização dos territórios rurais (Souto; Barreto; Canavesi, 2024).

Os processos de dominação e desigualdade de gênero possuem raízes históricas, mas assumiram novas configurações com a modernização da agricultura, que transformou não apenas os sistemas produtivos, mas também as relações sociais e a organização dos territórios rurais. A expansão do modelo agrícola baseado na especialização produtiva e na lógica mercantil intensificou a divisão sexual do trabalho, contribuindo para a invisibilização das atividades desempenhadas pelas mulheres e

restringindo seu reconhecimento como trabalhadoras e produtoras rurais. Embora as mulheres permaneçam fundamentais para a produção de alimentos, a conservação da agrobiodiversidade e a reprodução social da agricultura familiar, seu trabalho ainda enfrenta desigual valorização e limitado acesso aos recursos produtivos, à terra, ao crédito e aos espaços de decisão. Nesse contexto, torna-se imprescindível fortalecer perspectivas feministas e agroecológicas que promovam a valorização dos saberes, do trabalho e da participação das mulheres na construção de sistemas agroalimentares mais justos, inclusivos e sustentáveis (Paulilo, 2016; Butto; Hora, 2021; FAO, 2023).

A agroecologia tem ampliado o debate sobre dimensões que extrapolam a produtividade agrícola, incorporando questões relacionadas à equidade de gênero, à participação social e à valorização do trabalho das mulheres. Entretanto, a inserção e o protagonismo feminino nesse campo não se concretizam de forma automática, uma vez que as agricultoras ainda enfrentam desigualdades históricas decorrentes da divisão sexual do trabalho, do acesso limitado aos recursos produtivos e da sub-representação nos espaços de decisão. Assim, a consolidação da agroecologia como estratégia de desenvolvimento sustentável depende também do fortalecimento da autonomia das mulheres e do reconhecimento de seu papel como protagonistas na transformação dos territórios rurais (Butto, 2021).

Desse modo, compreende-se que a transição agroecológica deve ser concebida como um processo multidimensional, que abarca não apenas aspectos econômicos, produtivos e ecológicos, mas também dimensões culturais, políticas e simbólicas, essenciais para a reconstrução de identidades e relações sociais no campo. Nessa

perspectiva, o protagonismo das mulheres assume papel central na consolidação da agroecologia como ciência, prática e movimento social, uma vez que suas experiências têm contribuído para redefinir formas de produzir, conservar a agrobiodiversidade, fortalecer os saberes tradicionais e ampliar a participação feminina nos processos de decisão coletiva. Além disso, as mulheres desempenham papel estratégico na valorização de sistemas agrícolas sustentáveis e na resistência às diferentes formas de exploração da natureza e das desigualdades de gênero, reafirmando a agroecologia como um projeto de transformação social e de promoção da justiça socioambiental (Wallau et al., 2024).

2.3. Feiras Agroecológicas Como Espaços de Transformação Social

A origem da palavra “feira” remonta ao termo latino *feria*, que significa “dia de festa”. De acordo com Barbosa (2017), essa designação revela muito mais do que uma simples atividade comercial, pois a feira livre se configura como uma forma de resistência às dinâmicas de concentração econômica, à padronização dos espaços urbanos e à lógica do trabalho explorado e mercantilizado. O sentido de “dia de festa” não é aleatório: remete à dimensão simbólica e cultural das feiras, espaços marcados pela convivência, pela diversidade e pela relação social que atraem pessoas de diferentes localidades, transformando o cotidiano da cidade em um evento coletivo e singular.

Mais do que um ambiente de trocas comerciais, a feira se constitui como um espaço de aprendizagem e sociabilidade. Conforme Pereira (2022), trata-se de um território de comercialização da produção camponesa, realizado em formato de mercado a “céu

aberto”, onde circulam alimentos variados e produtos de origem local, seja ocupando praças, ruas e demais espaços públicos, promovendo a livre circulação e interação entre feirantes, consumidores, vendedores ambulantes e visitantes ocasionais, diferenciando dos estabelecimentos privados, ao valorizar o encontro, o diálogo e o pertencimento social que emergem da dinâmica comunitária.

Brito (2022) observa que, após um período de declínio acentuado nas áreas urbanas devido à expansão das grandes redes de supermercados, as feiras voltaram a ocupar papel de destaque na dinâmica social e econômica das cidades, configurando como espaços de atração popular, verdadeiros “chama-gente”, por proporcionarem o acesso a produtos frescos e saudáveis, além de favorecerem a troca de saberes, informações e experiências diversas entre os agricultores e agricultoras. O autor destaca que a consolidação das feiras agroecológicas tem desempenhado um papel fundamental na crítica ao modelo da agricultura convencional, herdeira direta da chamada revolução verde, marcada pelo uso intensivo de insumos químicos e agrotóxicos. Em contraposição a esse paradigma, cresce entre os consumidores a busca por alimentos de origem conhecida e livre de contaminantes, movimento que revela uma preocupação crescente com a saúde e com a sustentabilidade ambiental.

Ainda segundo Brito (2022), o distanciamento simbólico e material entre o campo e a cidade contribuiu, por muito tempo, para a invisibilidade dos processos produtivos e dos impactos ambientais e sociais da agricultura industrial. No entanto, essa percepção começou a se transformar diante da recorrência de escândalos alimentares amplamente divulgados pela mídia, que expuseram os

riscos associados à contaminação por agrotóxicos e outros agentes químicos, despertando uma consciência crítica sobre os sistemas alimentares e a necessidade de reconexão entre produtores e consumidores.

As feiras agroecológicas configuram-se como espaços de comercialização de alimentos produzidos segundo os princípios da agroecologia, pautados na sustentabilidade ambiental, na conservação da biodiversidade e na valorização dos saberes da agricultura familiar. Esses espaços fortalecem os circuitos curtos de comercialização ao aproximarem diretamente agricultores e consumidores, reduzindo a intermediação, ampliando a renda dos produtores e promovendo relações baseadas na confiança, na transparência e na valorização dos alimentos saudáveis. Para além da dimensão econômica, as feiras constituem ambientes de interação social, troca de conhecimentos e fortalecimento das redes comunitárias, contribuindo para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional e para o desenvolvimento territorial sustentável (Gazolla; Schneider, 2023).

De acordo com Brito e Cruz (2022), as feiras agroecológicas surgem como uma estratégia de resistência diante da ausência de políticas públicas voltadas ao apoio e à estruturação da comercialização da produção camponesa, visto que a modalidade de mercado popular representa uma forma de enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio, caracterizado pela concentração fundiária, pela exploração intensiva dos recursos naturais e pela predominância de monocultivos voltados à exportação. Nesse sentido, as feiras assumem um papel político e simbólico de contraponto a esse sistema, expressando práticas de solidariedade, sustentabilidade e autonomia econômica.

Wanderley (2014), destaca que a agricultura camponesa enfrenta, historicamente, inúmeros desafios relacionados à baixa renda, à precariedade da infraestrutura rural e à dificuldade de inserção em mercados formais. A autora reforça que a ausência de estradas adequadas, transporte acessível e políticas de incentivo à comercialização limita significativamente as possibilidades de escoamento da produção e de melhoria das condições de vida das famílias agricultoras. Esses obstáculos estruturais refletem a desigualdade histórica vivenciada pelo campesinato brasileiro, impactando diretamente sua capacidade produtiva e sua permanência digna no campo.

A desigualdade no acesso aos recursos produtivos constitui um dos principais entraves ao fortalecimento da agricultura camponesa e da agricultura familiar. Agricultores e agricultoras enfrentam dificuldades para acessar terra, água, sementes, crédito, assistência técnica e tecnologias apropriadas, fatores que limitam a ampliação e a diversificação da produção, tanto nas áreas de cultivo quanto nos quintais produtivos. Entre esses desafios, o acesso à terra permanece como um dos principais obstáculos estruturais, uma vez que condiciona a adoção de práticas agroecológicas, a reprodução social das famílias rurais e a construção da autonomia produtiva e alimentar (Valadares; Alves; Galiza, 2022).

De acordo com Brito e Cruz (2022), as feiras agroecológicas assumem papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar camponesa, ao promoverem a conscientização social acerca dos benefícios da produção alinhada aos princípios ecológicos, solidários e sustentáveis. Esses espaços configuram-se como importantes instrumentos de resistência e de valorização das práticas produtivas que preservam o meio ambiente e reafirmam o

protagonismo dos sujeitos do campo. Nesse sentido, Dowbor (2006) enfatiza a necessidade de que o poder público e as instituições locais se engajem de forma efetiva no apoio logístico, técnico e organizacional a iniciativas que articulem as populações rurais em seus territórios. Tal compromisso institucional é indispensável para assegurar às famílias camponesas o direito de produzir segundo suas práticas e saberes tradicionais, garantindo, assim, a soberania e a segurança alimentar enquanto dimensões fundamentais da justiça social e da sustentabilidade.

3. METODOLOGIA

A revisão integrativa de literatura foi conduzida com base nas diretrizes metodológicas do PRISMA, assegurando rigor, transparência e reprodutibilidade em todas as etapas do processo de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos (Page et al., 2021).

A coleta dos estudos ocorreu entre os meses de agosto de 2025 e janeiro de 2026, contemplando as bases de dados o Google Acadêmico e o Portal Periódico da CAPES, onde foram empregados os descritores “feiras agroecológicas”, “agroecologia”, “mulheres na agroecologia” e “feminismo agroecológico”, os quais também foram traduzidos para o idioma inglês, com o intuito de ampliar o escopo da investigação e garantir maior abrangência e representatividade internacional das produções científicas.

A aplicação sistemática das etapas do protocolo PRISMA mostrou-se essencial para o refinamento da amostra, contribuindo significativamente para a robustez, a confiabilidade e a transparência do processo de seleção dos estudos. Antes da versão

revisada, foram feitos ajustes para melhorar a clareza, eliminar redundâncias e dar maior fluidez ao texto, mantendo o rigor metodológico.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos publicados antes de 2020, registros duplicados, artigos do tipo resenha e trabalhos que, embora identificados nas buscas, não atendiam aos objetivos da pesquisa. Após a triagem inicial, realizada por meio da leitura dos títulos e resumos, também foram excluídos os estudos que não apresentavam aderência direta à temática investigada ou que não estavam disponíveis na íntegra em formato eletrônico. Já como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos completos, publicados entre 2020 e 2026, em periódicos indexados, com acesso integral em meio eletrônico e que abordassem diretamente a relação entre mulheres, agroecologia, agricultura familiar e feiras agroecológicas, em consonância com os objetivos da revisão integrativa.

O recorte temporal adotado compreendeu o período de 2020 a 2025, justificado pela intensificação, nesses anos, dos debates acadêmicos e políticos em torno da agroecologia, das feiras camponesas e do protagonismo das mulheres nas dinâmicas socioambientais contemporâneas. Por fim, os resultados provenientes da revisão integrativa subsidiaram a elaboração da cartilha intitulada “Feira Agroecológica das Mulheres de Canindé: da nossa terra para a sua mesa”, como material informativo e educativo destinado à valorização das mulheres agricultoras, de seus produtos e dos conhecimentos associados à agricultura familiar e à agroecologia no município de Canindé, Ceará. A construção do material ocorreu de maneira articulada às etapas da pesquisa, de modo que os

resultados obtidos durante o estudo subsidiassem a definição dos conteúdos apresentados no produto.

A elaboração da cartilha foi desenvolvida em etapas inter-relacionadas:

a. levantamento e sistematização das informações;

b. definição dos eixos temáticos;

c. seleção e organização do conteúdo;

d. definição da linguagem e dos recursos visuais;

e. elaboração e diagramação;

f. revisão e consolidação da versão final.

Na primeira etapa, foram sistematizadas informações relacionadas à Feira Agroecológica das Mulheres de Canindé, considerando os dados produzidos no decorrer da pesquisa acerca das agricultoras, dos produtos comercializados, das práticas agroecológicas e da importância da feira para a geração de renda, autonomia, valorização dos conhecimentos e fortalecimento da agricultura familiar. Também foram consideradas informações referentes à relação entre produção, comercialização e consumo no âmbito dos circuitos locais.

Na segunda etapa, a partir da sistematização dessas informações, foram definidos os eixos temáticos que estruturariam o material. Entre eles, destacam-se: apresentação da Feira Agroecológica das Mulheres de Canindé; caracterização e valorização das mulheres que

participam da feira; diversidade dos produtos comercializados; importância da compra direta das agricultoras; princípios e práticas relacionados à agroecologia; relação entre mulheres e agroecologia; contribuição da feira para o fortalecimento de Canindé; participação dos consumidores; origem dos alimentos; e percurso dos produtos do campo até a cidade.

Na terceira etapa, procedeu-se à seleção dos conteúdos considerados mais relevantes para o público da cartilha. Priorizou-se a apresentação de informações capazes de evidenciar a feira não apenas como espaço de comercialização, mas também como ambiente de encontro entre produtoras e consumidores, circulação de conhecimentos, valorização cultural, fortalecimento da economia local e construção da autonomia das mulheres. A organização do conteúdo buscou estabelecer uma sequência didática, iniciando pela apresentação da feira e das agricultoras e avançando para temas relacionados à agroecologia, consumo consciente, comercialização direta e desenvolvimento local.

Na quarta etapa, definiu-se uma abordagem de comunicação acessível e visual, com textos curtos, linguagem objetiva, títulos interrogativos e afirmativos, frases de destaque, fotografias, ícones e esquemas explicativos. Essa opção metodológica teve como finalidade facilitar a compreensão das informações por diferentes públicos e aproximar o conteúdo acadêmico da realidade das agricultoras, consumidores e demais sujeitos envolvidos com a agricultura familiar. O material visual priorizou imagens relacionadas às próprias mulheres, aos produtos comercializados, ao artesanato, aos alimentos e aos espaços da feira, buscando conferir identidade territorial ao produto.

Na quinta etapa, realizou-se a elaboração gráfica e a diagramação do material. A identidade visual foi construída utilizando elementos associados à agricultura, à agroecologia e às características ambientais e culturais do território, com predominância de referências visuais à vegetação, produção agrícola, feira e paisagem local. A disposição das informações procurou integrar textos e imagens, possibilitando uma leitura dinâmica e favorecendo a utilização da cartilha tanto em formato digital quanto impresso.

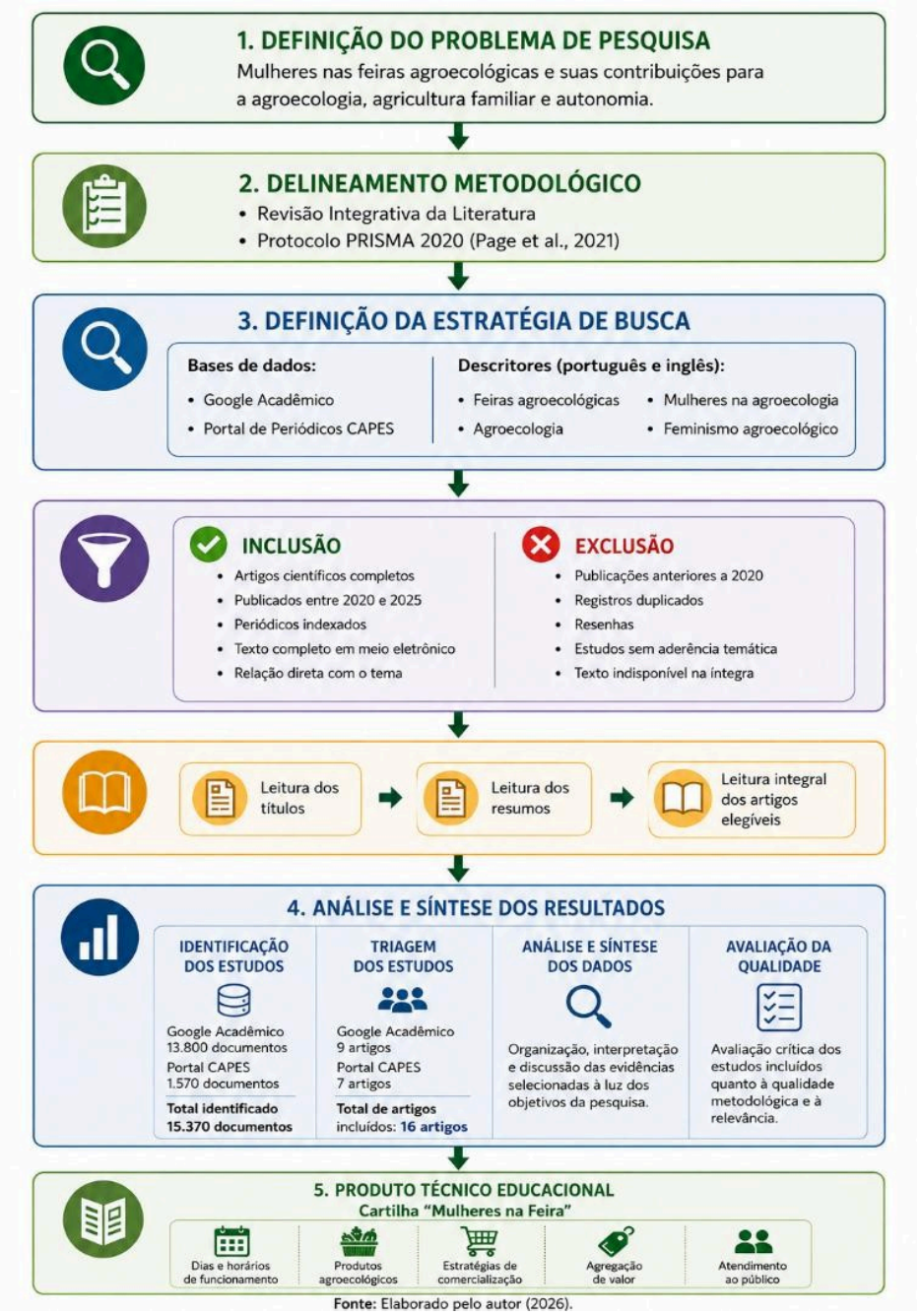
Também foi elaborado um fluxo visual do percurso “Do campo para a cidade”, utilizado como estratégia didática para representar as etapas que envolvem a produção e a comercialização: cultivo pela agricultora, participação da família, colheita e preparação dos alimentos, chegada da produção à feira, aquisição direta pelo consumidor, retorno da renda às agricultoras e suas famílias e, consequentemente, fortalecimento da agricultura familiar e da economia local.

Por fim, realizou-se a revisão dos textos, da organização temática e dos elementos gráficos, buscando garantir clareza, coerência entre as informações e adequação do material aos objetivos da pesquisa. A versão final foi estruturada em 13 páginas, incluindo capa, conteúdos informativos, orientações aos consumidores, fluxo do processo de comercialização, mensagem de valorização das agricultoras e ficha técnica.

Dessa maneira, a construção da cartilha ultrapassou a finalidade de simplesmente divulgar informações, assumindo caráter educativo, informativo e de valorização social. O produto busca aproximar o conhecimento produzido pela pesquisa da comunidade, ampliar a visibilidade das mulheres agricultoras e estimular o reconhecimento

da feira como espaço de produção, comercialização, autonomia, circulação de saberes e fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia em Canindé.

Figura 1. Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Mulheres e Feiras Agroecológicas: Mapeamento de Resultados e Evidências

A partir da utilização dos descritores definidos e da aplicação dos critérios de inclusão, exclusão e do recorte temporal estabelecido, foram identificados 1.570 documentos no Portal de Periódicos CAPES e 13.800 no Google Acadêmico, evidenciando a ampla produção científica relacionada à temática investigada.

Após a aplicação rigorosa dos critérios metodológicos, fundamentados na relevância científica, na consistência metodológica e na aderência ao objeto de estudo, a amostra final foi composta por 16 publicações, sendo sete provenientes do Portal de Periódicos CAPES e nove do Google Acadêmico. A maior representatividade de estudos recuperados no Google Acadêmico reflete a abrangência dessa base na indexação de diferentes tipos de produção científica, enquanto a inclusão de artigos oriundos do Portal de Periódicos CAPES fortalece a qualidade, a confiabilidade e o rigor acadêmico da amostra analisada.

Com base no protocolo de revisão sistemática PRISMA, realizou-se a busca dos estudos por meio dos descritores previamente definidos, resultando na identificação de aproximadamente 1.570 documentos no Portal de Periódicos CAPES e 13.800 no Google Acadêmico. Esse quantitativo evidencia a ampla produção científica relacionada à temática investigada. Posteriormente, mediante a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, dos filtros de período de publicação e da análise de aderência ao objeto de estudo, a amostra foi refinada para 16 artigos, dos quais sete foram selecionados no Portal de Periódicos CAPES e nove no Google Acadêmico.

A aplicação sistemática das etapas do protocolo PRISMA mostrou-se essencial para o refinamento da amostra, assegurando maior rigor metodológico, transparência e reprodutibilidade ao processo de

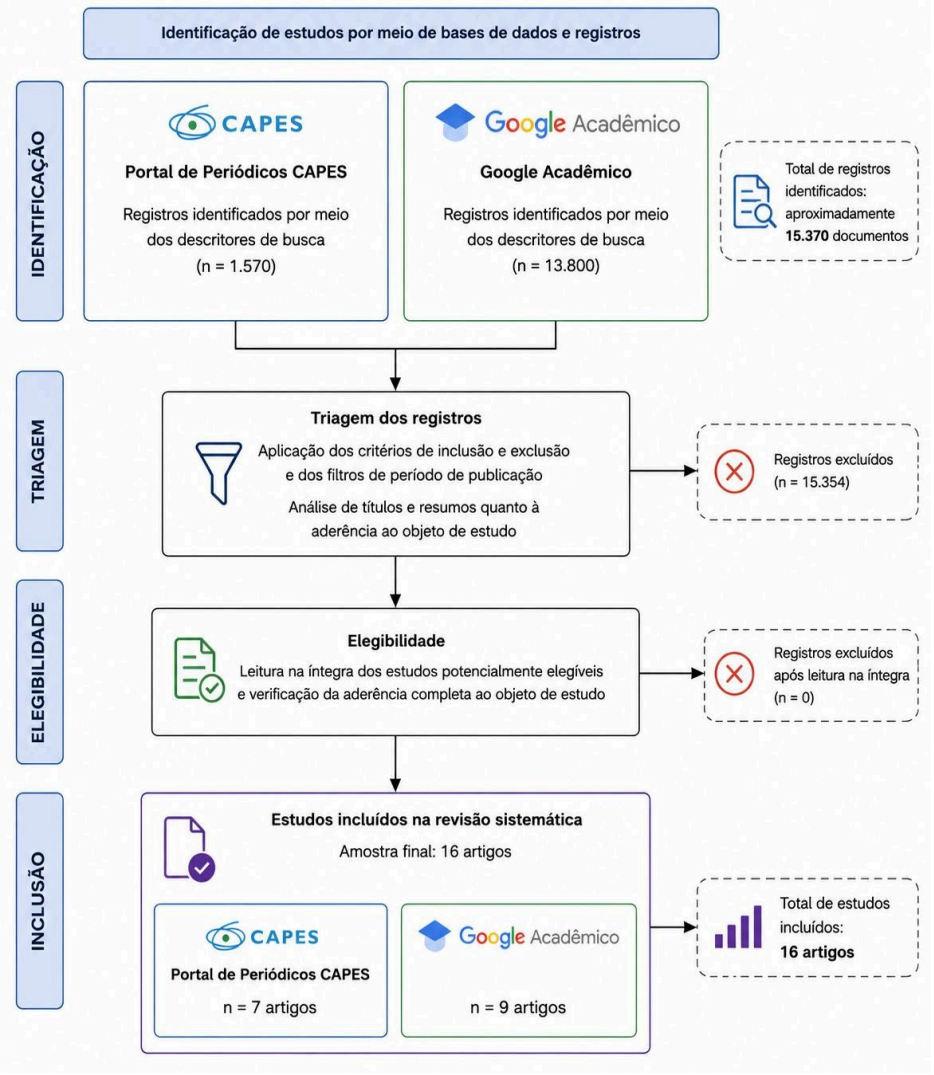
seleção dos estudos. A redução de um universo inicial de milhares de publicações para apenas 16 artigos demonstra a adoção de critérios rigorosos de relevância científica, qualidade metodológica e pertinência temática. Além disso, a maior representatividade de estudos provenientes do Google Acadêmico reflete a abrangência dessa base na indexação de diferentes tipos de produção científica, enquanto a inclusão de artigos oriundos do Portal de Periódicos CAPES fortalece a qualidade, a confiabilidade e o rigor acadêmico da amostra analisada, conferindo maior consistência às evidências que fundamentam esta revisão integrativa.

Ao analisar como a participação das mulheres agricultoras em práticas agroecológicas e espaços de comercialização contribui para o fortalecimento de sua autonomia econômica, organização coletiva e protagonismo territorial, os resultados demonstraram que essa participação produz efeitos que ultrapassam a obtenção de renda. A comercialização direta amplia a possibilidade de as agricultoras administrarem recursos provenientes de seu próprio trabalho, participarem das decisões relacionadas à produção e estabelecerem relações diretas com os consumidores. Ao mesmo tempo, a inserção nas feiras favorece a construção de redes de cooperação, a troca de experiências, a participação em organizações comunitárias e a valorização dos conhecimentos construídos pelas mulheres. Dessa maneira, a autonomia econômica relaciona-se à ampliação da autonomia social e política, fortalecendo sua capacidade de decisão e sua presença nos diferentes espaços da família, da comunidade e do território. A literatura analisada confirma que as mulheres assumem funções centrais na produção, conservação da agrobiodiversidade, organização coletiva e gestão dos espaços de comercialização.

No que diz respeito ao objetivo de identificar as contribuições das mulheres da Feira da Agricultura Familiar de Canindé para o fortalecimento da autonomia econômica e do desenvolvimento territorial sustentável, os resultados evidenciaram expressivo protagonismo feminino. Entre os 22 feirantes participantes, 12 são mulheres, e todas elas também são produtoras dos alimentos comercializados, participando de etapas que envolvem o planejamento da produção, o beneficiamento, a organização, a comercialização e o contato direto com os consumidores. Os resultados também demonstraram, contudo, que autonomia e empoderamento não devem ser compreendidos como processos plenamente concluídos. Apesar dos avanços proporcionados pela participação feminina na agroecologia e nas feiras, permanecem desafios relacionados ao acesso à terra, à água, ao crédito, à assistência técnica, às políticas públicas, à infraestrutura e aos espaços de representação e decisão.

Dessa forma, fortalecer o protagonismo feminino requer não apenas ampliar oportunidades de comercialização, mas assegurar condições materiais, institucionais e políticas que permitam às agricultoras exercerem de maneira efetiva sua autonomia. A própria análise desenvolvida na dissertação aponta a necessidade de investimentos em infraestrutura, formação continuada, acesso aos mercados institucionais e fortalecimento das organizações coletivas.

Figura 2. Aplicação método PRISMA - Seleção de Estudos



Fonte: Autora (2026)

Na etapa subsequente, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos dos estudos identificados, resultando na seleção de 16 trabalhos que atenderam aos critérios estabelecidos para a pesquisa, sendo 15 em português e 1 em inglês. O Quadro 1 sistematiza as principais informações extraídas desses artigos selecionados a partir da aplicação do método PRISMA. Já na Tabela 1, foram organizados dados referentes às "feiras agroecológicas", "agroecologia", "mulheres na agroecologia" e "feminismo agroecológico".

Tabela 1. Pesquisas realizadas – PRISMA.

AUTOR(ES)	TEMA	OBJETIVO	PUBLICAÇÃO	EDITORA/ REVISTA	ANO

Carneiro, M. J.; Moreira, S. L. S.; Lobo, N.; Almeida, C.	Gênero na construçã o do conhecim ento agroecológ ico	Compreen der como as questões de gênero e o feminismo têm sido	Artigo científico	Cad. de Agroecolo gia	202

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: https://revistatopicos.com.br/artigos/mulheres-nas-feiras-agroecologicas-estudo-de-caso-sobre-praticas-fortalecimento-e-autonomia-no-meio-rural?noblockage

Fonte: Autora (2026).

4.2. Mulheres Agricultoras, Agroecológicas e Feirantes: Protagonismo Territorial

A análise integrativa dos estudos selecionados evidência que as mulheres agricultoras ocupam posição central na consolidação da agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social, ainda que embora historicamente invisibilizadas pelas relações patriarcais que estruturam a agricultura familiar brasileira, as pesquisas demonstram que a crescente participação feminina nos processos produtivos, organizativos e comerciais vem redefinindo as dinâmicas do desenvolvimento territorial sustentável. Nesse contexto, a agroecologia configura-se não apenas como alternativa ao modelo agrícola convencional, mas também como um espaço de construção de novas relações sociais, nas quais o protagonismo feminino fortalece a soberania alimentar, a conservação da biodiversidade, a economia solidária e a democratização dos territórios rurais. Essa perspectiva atravessa praticamente toda a produção científica analisada, revelando que discutir agroecologia

implica, necessariamente, compreender as relações de gênero que permeiam os processos de produção, circulação e consumo dos alimentos (Carneiro, 2024).

Os estudos se integram ao demonstrar que a inserção das mulheres na agroecologia representa um movimento de ruptura com a histórica divisão sexual do trabalho presente no meio rural. Durante décadas, as atividades desempenhadas pelas agricultoras foram compreendidas como extensão das tarefas domésticas ou como simples auxílio ao trabalho masculino, o que contribuiu para sua invisibilidade econômica e política. Entretanto, as experiências analisadas mostram que a agroecologia passa a reconhecer os conhecimentos produzidos pelas mulheres sobre conservação de sementes crioulas, manejo dos quintais produtivos, diversificação agrícola, processamento artesanal dos alimentos e preservação ambiental, atribuindo-lhes centralidade na reprodução social da agricultura familiar. Assim, observa-se uma ressignificação do trabalho feminino, que deixa de ocupar posição secundária para assumir papel estruturante na organização dos agroecossistemas sustentáveis (Ramirez et al. 2023).

Essa transformação está intimamente relacionada ao fortalecimento do feminismo agroecológico, compreendido como um movimento político e epistemológico que articula justiça social, equidade de gênero e sustentabilidade ambiental. Busko (2022), ao investigar o movimento do feminismo agroecológico no Vale do Ribeira, demonstra que as mulheres reorganizam relações historicamente marcadas pelo patriarcado por meio da educação popular, das redes de solidariedade, das escrevivências e da construção coletiva do conhecimento. A autora evidencia que a agroecologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de técnicas agrícolas,

mas como um processo educativo capaz de promover autonomia, identidade territorial e emancipação feminina. Nesse sentido, a relação entre mulher, natureza e território constitui elemento estruturante da agroecologia contemporânea, uma vez que a permanência das agricultoras no campo está associada à produção de alimentos, à conservação dos recursos naturais e à reprodução dos modos de vida das comunidades rurais.

A perspectiva do protagonismo feminino também aparece de maneira consistente nos estudos voltados às mulheres camponesas organizadas em movimentos sociais. A pesquisa desenvolvida por Kubiak e Marques (2024) evidencia que a agroecologia e a pedagogia feminista favorecem processos de emancipação individual e coletiva das mulheres vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A participação em espaços de formação política, produção agroecológica e organização comunitária amplia a autonomia das agricultoras, fortalece sua autoestima e promove maior participação nos processos decisórios das unidades produtivas e das organizações coletivas.

De forma semelhante, Barbosa et al. (2024) demonstram que o engajamento político das mulheres camponesas encontra importante expressão na música *"Sem Medo de Ser Mulher",* símbolo da resistência feminina nos movimentos agroecológicos brasileiros. Os autores argumentam que a música representa mais do que uma manifestação cultural, constituindo-se em instrumento pedagógico capaz de fortalecer identidades coletivas, estimular a militância e reafirmar a luta pela igualdade de gênero no campo. A agroecologia feminista amplia a compreensão da sustentabilidade ao incorporar as relações de gênero, o reconhecimento dos trabalhos produtivo e reprodutivo, a valorização dos conhecimentos

das mulheres e sua participação política nos processos de transformação dos sistemas alimentares (Dorrego Carlón; Bottazzi, 2025).

Outro aspecto amplamente discutido pelos estudos refere-se ao protagonismo das mulheres nos espaços de comercialização, especialmente nas feiras agroecológicas. Diferentemente da lógica mercantil predominante nos mercados convencionais, as feiras constituem ambientes de interação social, valorização dos saberes tradicionais, fortalecimento das economias locais e aproximação entre produtores e consumidores. Nesses espaços, as agricultoras deixam de exercer apenas a função produtiva para assumir papéis de gestão, negociação, organização coletiva e educação alimentar. As pesquisas mostram que as feiras possibilitam maior visibilidade ao trabalho feminino, ampliam a geração de renda e fortalecem a autonomia econômica das mulheres, contribuindo para modificar relações de poder existentes tanto nas famílias quanto nas comunidades rurais. Assim, comercializar alimentos agroecológicos significa também construir reconhecimento social, identidade territorial e participação política (Câmara, 2023).

Ao analisarem a experiência do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, Câmara et al. (2023) verificaram que a comercialização em feiras agroecológicas promove impactos que extrapolam os aspectos econômicos, além da ampliação da renda familiar, as autoras identificaram fortalecimento da soberania alimentar, aumento da participação feminina nos espaços públicos e maior valorização do trabalho desenvolvido pelas agricultoras. As feiras também favorecem a construção de relações de confiança entre produtores e consumidores, difundindo valores relacionados ao consumo responsável, à produção sem agrotóxicos e ao

fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, os circuitos curtos de comercialização tornam-se instrumentos fundamentais para a consolidação dos territórios agroecológicos, uma vez que aproximam produção, consumo e identidade local em uma mesma dinâmica social.

Essa compreensão é corroborada por Machado, Balbino e Oler (2021) ao relatarem experiências desenvolvidas com mulheres amazônicas inseridas em feiras agroecológicas. Segundo as autoras, esses espaços favorecem o intercâmbio de conhecimentos, fortalecem a organização comunitária e ampliam a participação feminina na gestão dos empreendimentos coletivos. As agricultoras passam a compartilhar experiências relacionadas ao manejo sustentável, ao beneficiamento dos produtos e às estratégias de comercialização, fortalecendo vínculos de solidariedade e cooperação. O protagonismo territorial, nesse caso, manifesta-se pela capacidade das mulheres de transformar conhecimentos tradicionais em estratégias econômicas capazes de promover desenvolvimento local, preservação ambiental e valorização cultural.

Os estudos também evidenciam que o fortalecimento da atuação feminina depende da articulação entre agroecologia e políticas públicas. Souto, Barreto e Canavesi (2024) demonstram que programas voltados à Segurança Alimentar e Nutricional contribuíram significativamente para o empoderamento de agricultoras familiares do Distrito Federal, sobretudo por ampliarem oportunidades de acesso à produção, à comercialização e à organização coletiva, entretanto, as autoras ressaltam que obstáculos estruturais, como dificuldades de acesso à terra, escassez hídrica, deficiência de infraestrutura e limitações para participação em programas institucionais de compras públicas, ainda restringem

a plena autonomia das mulheres rurais. Esses resultados indicam que a consolidação do protagonismo feminino exige políticas públicas integradas que articulem acesso à terra, assistência técnica, crédito rural, infraestrutura e fortalecimento das organizações sociais do campo.

Experiência semelhante é apresentada por Silva et al. (2026), ao relatarem o projeto Protagonismo e Autonomia das Mulheres do Seridó Potiguar, desenvolvido pela Cáritas Diocesana de Caicó, demonstrando que a integração entre agroecologia, economia popular solidária e convivência com o Semiárido fortaleceu grupos produtivos de mulheres agricultoras, ampliando sua participação econômica e política. Além da geração de renda, destacam-se resultados relacionados ao fortalecimento da autoestima, ao reconhecimento dos saberes ancestrais e à ampliação da participação feminina em espaços de controle social e formulação de políticas públicas. Tais evidências demonstram que o protagonismo territorial das mulheres é construído por meio de processos educativos, organizativos e produtivos que valorizam a cooperação, a solidariedade e a autonomia coletiva.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à dimensão simbólica da construção do conhecimento agroecológico. Carneiro et al. (2024) demonstram que a produção científica brasileira passou a incorporar, de maneira mais consistente, as categorias gênero e feminismo somente nos últimos anos, reconhecendo a importância das mulheres na formulação dos referenciais teóricos da agroecologia. Os autores argumentam que durante longo período a ciência agroecológica reproduziu práticas de invisibilização semelhantes às observadas em outras áreas do conhecimento, restringindo a participação feminina na construção das narrativas

científicas. A incorporação da perspectiva de gênero representa, portanto, importante avanço epistemológico, permitindo compreender a agroecologia como campo interdisciplinar atravessado por relações sociais, culturais, políticas e ambientais.

De maneira geral, os estudos analisados revelam que o protagonismo territorial das mulheres agricultoras, agroecológicas e feirantes ultrapassa a dimensão produtiva da agricultura familiar, onde sua atuação envolve a preservação dos recursos naturais, a valorização dos conhecimentos tradicionais, a organização coletiva, a comercialização solidária, a incidência política e a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Ao promoverem circuitos curtos de comercialização, fortalecerem redes comunitárias e ampliarem sua participação nos espaços públicos, as mulheres consolidam-se como agentes fundamentais do desenvolvimento territorial sustentável.

4.3. Feira da Agricultura Familiar de Canindé e o Protagonismo das Mulheres

A Feira da Agricultura Familiar de Canindé, acontece de segunda a sábado no galpão da feira da agricultura familiar e constitui um importante espaço de fortalecimento da agroecologia, da economia solidária e do desenvolvimento territorial sustentável no Sertão Central cearense. Como mostra a figura a baixo. Muito além de desempenhar a função de comercialização da produção agrícola, a feira representa um ambiente de construção de relações sociais, valorização dos saberes tradicionais e fortalecimento da identidade camponesa. Nesse contexto, as mulheres assumem papel de destaque ao protagonizarem atividades relacionadas à produção, ao beneficiamento, à organização coletiva e à comercialização dos

alimentos, consolidando-se como agentes fundamentais na dinamização econômica e social desse território. A análise integrativa da literatura permite compreender que a realidade observada em Canindé dialoga diretamente com experiências desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, nas quais a participação feminina vem ressignificando a agricultura familiar e ampliando os processos de autonomia econômica e política das agricultoras.

Figura 1. Espaço lateral da Feira da Agricultura Familiar de Canindé – CE.



Fonte. Autora (2026)

Os resultados do presente estudo revelam que a presença feminina constitui uma das principais características da Feira da Agricultura Familiar de Canindé. Dos vinte e dois feirantes participantes, doze são mulheres, número superior ao de homens, evidenciando que a comercialização dos produtos agroecológicos possui forte protagonismo feminino, além da predominância quantitativa, observou-se que todas as mulheres participantes são produtoras dos

alimentos comercializados, desempenhando atividades que envolvem desde o planejamento da produção até o contato direto com os consumidores. Esse resultado reforça a compreensão de que as agricultoras deixam de ocupar posição secundária na organização produtiva para assumirem funções centrais na gestão dos empreendimentos familiares e coletivos, contribuindo diretamente para a geração de renda e para a reprodução social das famílias rurais.

Diante do exposto, a revisão integrativa permitiu constatar que a literatura científica converge ao reconhecer as feiras agroecológicas como espaços privilegiados para a promoção da agricultura familiar, da segurança alimentar e do desenvolvimento territorial sustentável, evidenciando que as mulheres desempenham papel central na conservação da agrobiodiversidade, na gestão dos quintais produtivos, na comercialização direta e na preservação dos conhecimentos tradicionais, assumindo protagonismo na construção de sistemas alimentares mais justos, resilientes e sustentáveis. Além disso, as pesquisas ressaltam que a valorização do trabalho feminino nas feiras fortalece a autonomia econômica, amplia a participação social e política das agricultoras e contribui para a superação das desigualdades de gênero historicamente presentes no meio rural (Alves 2024; Santana, Barcelo 2022; Ramirez 2023).

Nesse contexto, a Feira da Agricultura Familiar de Canindé representa uma expressão concreta das evidências identificadas nesta revisão, uma vez que as mulheres ocupam posição estratégica na produção, organização e comercialização dos alimentos agroecológicos, fortalecendo as redes de cooperação, a economia solidária e a soberania alimentar no território.

Assim, os estudos analisados reforçam que reconhecer e ampliar o protagonismo feminino significa fortalecer a própria agroecologia como ciência, prática e movimento social, contribuindo para a construção de processos de desenvolvimento rural pautados na equidade, na sustentabilidade e na valorização dos sujeitos do campo. Esses resultados corroboram os objetivos desta pesquisa e oferecem o suporte teórico necessário para compreender a experiência das mulheres feirantes de Canindé como referência de resistência, autonomia e transformação social (Trajano 2024; Alves 2024).

Esse cenário confirma as discussões apresentadas por Câmara et al. (2023), segundo as quais as feiras agroecológicas constituem espaços privilegiados para o fortalecimento da autonomia financeira e do protagonismo feminino. Ao comercializarem diretamente sua produção, as agricultoras ampliam o controle sobre a renda obtida, fortalecem sua capacidade de negociação e conquistam maior reconhecimento nas unidades familiares e nas organizações comunitárias. Além disso, a aproximação entre produtoras e consumidores fortalece relações de confiança, valoriza os alimentos produzidos sem agrotóxicos e amplia a visibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, aspectos igualmente identificados na experiência da feira de Canindé.

Figura 2. Feira de produtos agrícolas e artesanais de Canindé - Ceará



Fonte: Autora (2026)

A literatura também demonstra que a participação das mulheres nas feiras agroecológicas produz impactos que ultrapassam a dimensão econômica. Machado, Balbino e Oler (2021), ao analisarem experiências desenvolvidas com mulheres amazônicas, observaram que esses espaços favorecem a troca de conhecimentos, fortalecem a organização coletiva e estimulam processos de empoderamento feminino. De forma semelhante, verifica-se em Canindé que a feira constitui um ambiente permanente de aprendizagem, cooperação e fortalecimento das redes de sociabilidade entre agricultoras, consumidores, instituições públicas e organizações da sociedade civil.

A circulação de conhecimentos relacionados ao cultivo agroecológico, ao beneficiamento artesanal dos alimentos e às formas sustentáveis de produção evidencia que a comercialização se articula à valorização da cultura local e dos saberes tradicionais, ampliando o capital social existente no território.

Outro aspecto relevante refere-se à contribuição da feira para o fortalecimento da autonomia das mulheres agricultoras. A

autonomia, nesse contexto, manifesta-se tanto pela capacidade de geração de renda quanto pela ampliação da participação feminina nos espaços de decisão da família e da comunidade. A experiência descrita por Silva et al. (2026), desenvolvida no Seridó Potiguar, demonstra que iniciativas fundamentadas na agroecologia e na economia popular solidária promovem transformações significativas na autoestima, na organização produtiva e na participação política das mulheres rurais. Os resultados observados em Canindé apresentam convergências importantes com essa experiência, uma vez que a comercialização direta fortalece a independência econômica das agricultoras, amplia sua visibilidade social e contribui para o reconhecimento do seu trabalho como elemento essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O protagonismo feminino identificado na Feira da Agricultura Familiar de Canindé também pode ser compreendido à luz das discussões sobre feminismo agroecológico. Busko (2022) argumenta que as mulheres vêm reconstruindo relações historicamente marcadas pela desigualdade por meio da organização coletiva, da educação popular e da valorização dos conhecimentos tradicionais. Essa perspectiva torna-se evidente na feira de Canindé, onde as agricultoras não apenas comercializam produtos, mas compartilham experiências, difundem práticas agroecológicas e fortalecem processos educativos relacionados à alimentação saudável, à preservação ambiental e à valorização da agricultura familiar. Assim, a feira transforma-se em um espaço de construção de cidadania, no qual a produção de alimentos associa-se à produção de novos significados sobre o papel das mulheres no campo.

Figura 3. Participação de mulheres nas feiras agroecológicas de Canindé - Ceará



Fonte: Autora (2026)

A construção desse protagonismo também está relacionada ao reconhecimento dos conhecimentos produzidos pelas mulheres. Carneiro et al. (2024) destacam que a produção científica em agroecologia passou a incorporar de maneira mais consistente as discussões sobre gênero, evidenciando que as mulheres desempenham papel decisivo na construção do conhecimento agroecológico brasileiro. Essa perspectiva encontra correspondência na realidade de Canindé, onde os saberes femininos relacionados à produção de hortaliças, frutas, plantas medicinais, produtos beneficiados e alimentos tradicionais constituem patrimônio imaterial fundamental para a reprodução dos agroecossistemas locais. A experiência cotidiana dessas agricultoras demonstra que a agroecologia é construída a partir da integração entre conhecimentos técnicos, práticas ancestrais e relações solidárias estabelecidas no interior das comunidades rurais.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, a feira desempenha função estratégica ao fortalecer os circuitos curtos de comercialização. Gomes et al. (2024) ressaltam que as feiras agroecológicas aproximam produtores e consumidores, promovem segurança alimentar, reduzem a intermediação comercial e agregam valor aos produtos da agricultura familiar. Em Canindé, essa dinâmica possibilita que as agricultoras comercializem diretamente alimentos frescos, diversificados e produzidos segundo princípios agroecológicos, garantindo maior retorno financeiro e fortalecendo a economia local, ao mesmo tempo, a interação direta com os consumidores favorece a disseminação de informações sobre alimentação saudável, sustentabilidade e valorização da produção local, ampliando o alcance social da agroecologia.

Entretanto, a literatura demonstra que o fortalecimento do protagonismo feminino ainda enfrenta desafios importantes. Souto, Barreto e Canavesi (2024) apontam que limitações relacionadas ao acesso à terra, à água, ao crédito, à assistência técnica e às políticas públicas continuam restringindo a plena autonomia das agricultoras familiares. Embora a Feira da Agricultura Familiar de Canindé represente importante mecanismo de inclusão produtiva, torna-se fundamental ampliar investimentos em infraestrutura, formação continuada, acesso aos mercados institucionais e fortalecimento das organizações coletivas, garantindo condições para que as mulheres ampliem sua participação econômica e política nos territórios rurais.

Dessa forma, a Feira da Agricultura Familiar de Canindé evidencia que a comercialização agroecológica constitui muito mais do que uma atividade econômica, tratando-se de um espaço de resistência, emancipação e transformação social, onde as mulheres assumem papel protagonista na produção de alimentos, na conservação da

biodiversidade, na preservação dos saberes tradicionais e na construção de redes solidárias de desenvolvimento. A predominância feminina entre os feirantes, associada ao protagonismo observado em todas as etapas da produção e comercialização, confirma que as agricultoras constituem o principal alicerce da dinâmica agroecológica local. Assim, a experiência de Canindé reafirma as evidências encontradas na literatura nacional ao demonstrar que o fortalecimento das mulheres nas feiras agroecológicas representa um dos caminhos mais consistentes para a promoção da autonomia econômica, da soberania alimentar e do desenvolvimento territorial sustentável, consolidando a agroecologia como estratégia de transformação das relações sociais no campo.

O empoderamento feminino no meio rural dialoga diretamente com as diretrizes estabelecidas pela Nações Unidas, especialmente no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 5, que visa alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas até 2030 (ONU, 2015). A promoção da equidade de gênero no campo é, portanto, não apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável, conforme destacam Deere e León (2002), ao evidenciarem que o acesso das mulheres aos recursos produtivos impacta positivamente a segurança alimentar e o bem-estar das famílias.

No caso da feira da agricultura familiar de Canindé, observa-se que a organização das mulheres tem sido decisiva para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização. Muitas agricultoras assumem a linha de frente na venda dos produtos, no atendimento ao público e na gestão dos espaços da feira, contribuindo para a construção de redes de confiança e solidariedade entre produtores e

consumidores. Esse protagonismo também se expressa na liderança de associações, grupos produtivos e iniciativas de economia solidária, reforçando o papel das mulheres como agentes centrais na transformação dos territórios rurais.

A economia solidária, emerge como um importante referencial teórico e prático para compreender essas dinâmicas. Segundo Singer (2002), a economia solidária baseia-se em princípios como cooperação, autogestão e solidariedade, contrapondo-se às lógicas excludentes do capitalismo. Nas feiras da agricultura familiar, esses princípios se materializam na organização coletiva, na partilha de conhecimentos e na construção de relações mais justas de produção e comercialização.

A valorização dos saberes tradicionais e da biodiversidade constitui um elemento central nas práticas desenvolvidas pelas mulheres agricultoras. Conforme ressalta Altieri (2012), a agroecologia se fundamenta na integração entre conhecimentos científicos e saberes populares, sendo as mulheres protagonistas na conservação de sementes crioulas, na diversificação produtiva e na manutenção de práticas sustentáveis. Em Canindé, essa realidade se expressa na diversidade de produtos comercializados nas feiras, que incluem hortaliças, frutas, produtos processados artesanalmente e itens derivados da sociobiodiversidade.

Outro aspecto diz respeito às políticas públicas de apoio à agricultura familiar, que têm contribuído para o fortalecimento dessas iniciativas, programas como o PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm possibilitado a ampliação dos mercados institucionais e o incentivo à produção local (Grisa;

Schneider, 2014). Tais políticas, quando articuladas com iniciativas locais como as feiras, potencializam os impactos positivos sobre a renda e a qualidade de vida das famílias agricultoras.

Dessa forma, a feira da agricultura familiar de Canindé pode ser compreendida como um espaço multifuncional, que articula dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, sendo mais do que um local de comercialização, trata-se de um território de resistência e de construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural, no qual as mulheres assumem papel central na promoção da agroecologia, da economia solidária e da justiça social. O fortalecimento das feiras da agricultura familiar, aliado ao protagonismo feminino, constitui uma estratégia fundamental para o desenvolvimento territorial sustentável, visto que ao promover a comercialização direta, valorizar os saberes tradicionais e ampliar a autonomia das mulheres, essas experiências contribuem para a construção de sistemas agroalimentares mais justos, inclusivos e resilientes, reafirmando a importância da agricultura familiar na promoção da soberania alimentar e na transformação dos territórios rurais.

4.4. A Cartilha Feira Agroecológica das Mulheres de Canindé Como Instrumento de Valorização e Fortalecimento das Agricultoras

Figura 4. Capa da cartilha (Produto tecnológico)



Fonte: Autora (2026)

A cartilha “Feira Agroecológica das Mulheres de Canindé: da nossa terra para a sua mesa”, é um produto de caráter informativo, educativo e de divulgação, partindo da compreensão de que a Feira Agroecológica constitui não apenas um espaço de comercialização, mas também um ambiente de encontro entre campo e cidade, de circulação de conhecimentos, valorização da agricultura familiar e reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras de Canindé.

A importância da cartilha está, inicialmente, na possibilidade de dar maior visibilidade às mulheres que produzem e comercializam na feira. O material evidencia as agricultoras como protagonistas das diferentes etapas da produção, desde o preparo da terra, cultivo e colheita até o beneficiamento, organização e comercialização dos produtos, e ao mesmo tempo, reconhece que essas atividades frequentemente estão associadas ao cuidado com a família, com a casa, com os quintais produtivos e com a própria comunidade.

Dessa maneira, a cartilha contribui para tornar visível um conjunto de atividades e conhecimentos que nem sempre recebe o devido reconhecimento social e econômico.

Outro aspecto relevante consiste na valorização da diversidade produtiva existente na feira. A cartilha apresenta frutas, verduras, hortaliças, legumes, raízes, tubérculos, ervas, plantas, alimentos artesanais, produtos beneficiados e artesanato, entre outros itens provenientes da agricultura familiar. Essa diversidade é apresentada como expressão dos conhecimentos das agricultoras e da capacidade das famílias de produzir alimentos adaptados às condições e características do território. Assim, o material pode contribuir para aproximar consumidores e produtoras, ampliando o conhecimento sobre a origem dos alimentos e estimulando o consumo da produção local.

A cartilha também possui potencial para contribuir com o fortalecimento econômico das mulheres da feira, principalmente ao incentivar a compra direta. Ao adquirir os produtos diretamente das agricultoras, os consumidores colaboram para que uma parcela maior dos recursos provenientes da comercialização permaneça com as produtoras e suas famílias. O próprio material destaca a geração de renda, a autonomia, a valorização dos conhecimentos das mulheres e o desenvolvimento local como contribuições relacionadas à existência e ao fortalecimento da feira.

Nesse sentido, a cartilha pode funcionar como um instrumento de divulgação e aproximação com os consumidores. Ao apresentar a feira, seus produtos e as mulheres que a constituem, o material favorece a ampliação do conhecimento da população sobre esse espaço de comercialização. Além de incentivar a visita e a compra,

orienta os consumidores a conhecerem as agricultoras, perguntarem sobre a origem e as formas de produção dos alimentos, valorizarem a diversidade disponível e divulgarem a feira entre familiares, amigos e demais integrantes da comunidade. Dessa maneira, o consumidor é compreendido como parte da rede necessária à continuidade e ao fortalecimento desse espaço.

Outra contribuição do produto refere-se à valorização da agroecologia e dos conhecimentos das mulheres rurais. A cartilha associa a agroecologia à produção de alimentos, à conservação da natureza, aos conhecimentos tradicionais, às relações sociais, à cultura e às condições de vida das famílias agricultoras. Nesse contexto, destaca o papel das mulheres no cultivo dos quintais, na conservação e utilização de sementes, no preparo dos alimentos, no cuidado com as plantas, na diversificação da produção e na transmissão de conhecimentos entre gerações.

Além disso, ao representar o percurso “Do campo para a cidade”, o produto evidencia de maneira didática a relação existente entre produção, família, feira, consumidor e geração de renda. O fluxo apresentado mostra que o processo começa com o cultivo realizado pelas agricultoras, envolve a participação familiar, a colheita e preparação dos alimentos, sua chegada à feira e a compra direta pelos consumidores, permitindo que a renda retorne às agricultoras e às suas famílias e contribua para o fortalecimento da agricultura familiar e da economia local.

A utilização de fotografias das agricultoras e de seus produtos também confere ao material uma dimensão de representatividade e reconhecimento. Em vez de apresentar a agricultura familiar apenas de forma conceitual, a cartilha coloca as mulheres no centro da

comunicação, associando seu rostos, produtos, práticas e conhecimentos à identidade da feira. Essa escolha contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e para reconhecer publicamente essas mulheres como produtoras, agricultoras, artesãs, feirantes e sujeitos importantes para o desenvolvimento do território.

Desse modo, espera-se que a cartilha possa auxiliar as mulheres da Feira Agroecológica de Canindé em diferentes dimensões: ampliando a divulgação da feira e dos produtos; fortalecendo a aproximação com os consumidores; estimulando a comercialização direta; valorizando os conhecimentos e práticas das agricultoras; dando visibilidade ao protagonismo feminino; incentivando o consumo de produtos da agricultura familiar; e contribuindo para o fortalecimento da renda, da autonomia e da economia local.

Portanto, mais do que um produto de divulgação decorrente da dissertação, a cartilha constitui uma estratégia de comunicação e valorização das mulheres agricultoras, procurando devolver à comunidade, em linguagem acessível e visual, parte dos conhecimentos construídos durante a pesquisa. Ao afirmar que cada agricultora possui uma história, cada comunidade possui seus conhecimentos e cada produto representa trabalho, o material reforça que fortalecer a feira significa também reconhecer as mulheres, seus saberes, sua produção e sua contribuição para a agricultura familiar e para o desenvolvimento de Canindé.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das mulheres nas feiras agroecológicas a partir de suas múltiplas dimensões, evidencia que esses espaços ultrapassam

a função estritamente comercial e se constituem como territórios de produção, sociabilidade, organização coletiva, geração de renda, circulação de conhecimentos e fortalecimento da agricultura familiar.

A revisão integrativa da literatura possibilitou sistematizar evidências acerca da atuação feminina nas feiras agroecológicas e demonstrar sua relação com processos de empoderamento, autonomia e transformação social associados à agroecologia e à economia solidária. Os resultados evidenciaram, portanto, que a participação das mulheres nesses espaços contribui para modificar sua posição nas relações produtivas e sociais, ampliar sua presença nos espaços públicos e fortalecer seu reconhecimento enquanto agricultoras, produtoras, comercializadoras e sujeitos do desenvolvimento territorial.

As agricultoras não ocupam posição secundária na dinâmica da feira, mas assumem funções fundamentais para sua manutenção e fortalecimento. A experiência da Feira da Agricultura Familiar de Canindé demonstra, ainda, que o protagonismo das mulheres repercute diretamente no território. Ao comercializarem produtos locais, valorizarem práticas agroecológicas e saberes tradicionais, fortalecerem circuitos curtos de comercialização e estabelecerem relações de confiança com os consumidores, as agricultoras contribuem para movimentar a economia local, ampliar a oferta de alimentos e fortalecer a agricultura familiar. Nesse processo, a geração de renda articula-se à valorização social do trabalho feminino, à preservação da biodiversidade e à construção de redes solidárias. Assim, a feira pode ser compreendida como espaço de resistência, emancipação e transformação social, no qual as

mulheres constituem um dos principais alicerces da dinâmica agroecológica local.

Quanto à construção de um produto educacional destinado às mulheres agricultoras familiares da Feira de Canindé-CE, considera-se que também foi alcançado mediante a elaboração do material "Feira Agroecológica das Mulheres de Canindé". O produto traduz os conhecimentos sistematizados durante a pesquisa para uma linguagem de caráter educativo e aplicado, reunindo informações sobre funcionamento da feira, identificação dos produtos agroecológicos, estratégias de comercialização, agregação de valor e atendimento ao público. Dessa forma, o produto educacional aproxima a produção acadêmica da realidade das agricultoras e constitui uma ferramenta que pode contribuir para a divulgação da feira, valorização dos produtos, qualificação das práticas de comercialização, fortalecimento da geração de renda e ampliação da visibilidade do trabalho feminino.

Verificou-se uma relação direta entre participação feminina, agroecologia, economia solidária, autonomia e desenvolvimento territorial. As feiras agroecológicas apresentam-se como espaços nos quais as mulheres podem transformar conhecimentos historicamente construídos em produção, renda, reconhecimento e participação social. Ao mesmo tempo, sua atuação contribui para conservar a agrobiodiversidade, preservar saberes tradicionais, fortalecer a agricultura familiar e aproximar produção e consumo, demonstrando que o protagonismo feminino possui repercussões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Agroecologia e o desenvolvimento de uma agricultura de base sustentável. Brasília: MDA, 2000.

ALVES, Renato Marques; SOUZA, Nilo Ramos Moreira de; FREITAS, Helder Ribeiro; MARINHO, Cristiane Moraes; DUARTE, Francisco Ricardo; OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de. Aprendizados e desafios às experiências brasileiras em transição agroecológica: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 6, n. 2, 2024.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aporte da la via campesina e da CLOC. Dossiê. Educ. Soc., v. 38, n. 140, jul-set, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES0101733020017175593. Acesso em: 01 set. 2025.

BERNARDO, Marina Augusta Tauil; ALMEIDA, Fernanda Savicki de. *Florescendo territórios livres agroecológicos: a resistência das mulheres do Nordeste brasileiro*. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 5, p. 545-564, 2023.

BRITO, Francisco E. Matos; CRUZ, Adenilson Alves; ROCHA, Wanderlei Silva. A trajetória da Feira Agroecológica da UNEB e a boa companhia dos novos rebentos que brotam nos campi da universidade. Encontro Baiano de educação do campo, 2022.

BUSKO, Paula Simone. O movimento do feminismo agroecológico no Vale do Ribeira (SP): contribuições para uma educação decolonial.

2022. 314 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas; Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

BUTTO, Andrea. Mulheres rurais, autonomia econômica e políticas públicas. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). *Autonomia e cidadania das mulheres rurais: políticas públicas e resistência*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021.

CÂMARA, Andreza Aparecida Franco; MAIA, Laís Gomes; SOUZA, Palloma Constantino de; SOARES, Paulo Brasil Dill. Mulheres e Agroecologia: um olhar feminino sobre o setor de comercialização em feiras agroecológicas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, Macaé/Rio de Janeiro. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 30, e023038, 2023. DOI: https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8670701

CANTALICE, J. B.; Oliveira, R. A. F.; Silva, W. B.; Vital, A. F. M. Agroecologia e economia solidária na organização das feiras agroecológicas do semiárido baiano. Divers@, Matinhos, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2025. ISSN 1983-8921. Disponível em: doi: https://doi.org/10.5380/diver.v18i1.99363. Acesso em 15 abr. 2026.

CARVALHO, Hugo Garbênio de. “Estamos aqui, existimos e iremos ficar”: associativismo e cooperativismo como estratégia de fortalecimento das resistências dos sujeitos no campo. 2025. 141 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025.

CARVALHO, José Luís; LEITÃO, Lourdes M. Economia Solidária e Agroecologia: Fundamentos e Práticas. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, I. A. C. Contaminação por transgenia em sementes crioulas nos territórios do Rio Grande do Norte. 2021. 79 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021.

DEMETRIO, Milena; GAZOLLA, Marcio; WEDIG, Josiane Carine. Valor econômico do trabalho de mulheres rurais em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 62, n. 4, e279993, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2023.279993.

DORREGO CARLÓN, Ana; BOTTAZZI, Patrick. Feminist agroecology as a pathway for rural Bolivian women's emancipation and food system transformation. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 49, p. 1725–1745, 2025. DOI: 10.1080/21683565.2025.2466425.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. In: MAFRA, Jason. (org.). Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da pedagogia do oprimido. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Editora Esfera, 2009. p. 22-36.

FAO. *The Status of Women in Agrifood Systems* [A situação das mulheres nos sistemas agroalimentares]. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2023.

FERREIRA C.C., Locateli M.A.R., Faria S.A.M., Marques M.C., Amorim F.F., Mattana R.S. (2018). Feiras orgânicas e agroecológicas como estratégia para o redesenho das cadeias produtivas. Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, Vol. 13, N° 1. 53, p.

180 - 210, 2022. DOI: 10.5965/1984724623532022180. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/percrsos/article/view/22257. Acesso em: 14 out. 2025.

FREITAS, Marília Mergulhão de; SOARES, João Paulo Guimarães; JUNQUEIRA, Ana Maria Resende; SILVA JUNIOR, Ermano Correia da. Mulheres rurais na produção familiar orgânica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 61., 2023, Piracicaba. *Agropecuária do futuro: tecnologia, sustentabilidade e a segurança alimentar: anais*. Piracicaba: ESALQ/USP, 2023. p. 1-20.

GAIGER, Luiz Inácio. A função basilar da reciprocidade na economia solidária. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, Salvador/Recife, v. 48, n. 258, p. 28–49, jan./abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n258.p28-49.

GARCÍA ROCES, Ángel. *Agroecología y soberanía alimentaria: principios, estrategias y experiencias*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2017.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Circuitos curtos de comercialização e mercados da agricultura familiar no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

GOMES, Ana Paula Alvarenga Seguins; MILEO, Vitória Viana; QUARESMA, Ayla Rocha; PORTO, Dandara Tainá Martins; FREITAS, Eva Adaís Neves; GUERRA, Evelyn Letícia Neves; COSTA, Leda Araújo; SALES, Letícia Maria Reis. Importância das feiras agroecológicas para a contribuição de sistemas alternativos de produção e seu impacto para a promoção da alimentação saudável e sustentável. *Research,*

Society and Development, v. 13, n. 10, e26131047027, 2024. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v13i10.47027

HASSUNUMA, Renato Massaharu et al. Revisão integrativa e redação de artigo científico: uma proposta metodológica em 10 passos. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, v. 5, n. 3, 2024.

HERRERA, Karolyna Marin; DESCONSI, Cristiano; BIROCHI, Renê; PACÍFICO, Daniela Aparecida. Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 62, n. 3, e281922, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2023.281922.

KUBIAK, Cristiane; MARQUES, Siomara Aparecida. Mulheres camponesas e feministas e a agroecologia. *Revista Foco*, Curitiba, v. 17, n. 11, e6970, p. 1-24, 2024. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n11-200

MACHADO, Rita de Cássia Fraga; BALBINO, Luyandria Farias; OLER, Juliana Rodrigues Larossa. Feiras agroecológicas: mulheres amazônicas fortalecendo trocas e saberes. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 307-319, maio/ago. 2021. DOI: 10.14393/REP- 2021-56298.

OLIVEIRA, Alysson André Régis; OLIVEIRA, Andreia Calvancanti de; CAVALCANTI, Maria da Conceição Monteiro; SILVA, Keila Helena Freire da; SOUZA, David Nogueira de. As práticas de autogestão dos empreendimentos econômico-solidários: sentidos e significados na perspectiva das instituições de apoio. *Revista Gestão & Análise*, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-39, set./dez. 2024. Disponível em: DOI: 10.12662/2359-618xregea.v13i3.p25-39.2024. Acesso em: 14 abr. 2026.

ONU MULHERES. *Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2024* [Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Panorama da Igualdade de Gênero 2024]. New York: UN Women, 2024.

PAGE, Matthew J.; McKENZIE, Joanne E.; BOSSUYT, Patrick M.; BOUTRON, Isabelle; HOFFMANN, Tammy C.; MULROW, Cynthia D.; SHAMSEER, Larissa; TETZLAFF, Jennifer M.; AKL, Elie A.; BRENNAN, Sue E. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *The BMJ*, London, v. 372, n. 71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PEREIRA, S. B.; BRITTO, T. P.; PEREIRA, V. G. Feira-livre como experiência de Bem Viver: uma expressão pulsante das resistências cotidianas. Percursos, Florianópolis, v. 23, n.

PIRES, Ana Christina Duarte. Agroecologia como educação para o bem viver. *Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar*, Matinhos, v. 14, n. 2, p. 17-26, jul./dez. 2021. DOI: 10.5380/diver.v14i2.82925.

PISCO, Nelly Marissa Guerra. *Dinâmicas socioambientais dos/das feirantes de produtos orgânicos em bairros de Pato Branco/PR*. 2025. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco, Pato Branco, 2025.

RAMIREZ, Elisane; STOFFEL, Janete; GENTILINI, Giulia; KUBIAK, Cristiane; CASTILHO, Gracieli. Mulheres e agroecologia: esperança

que move a luta. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia.

RIBEIRO, Laiane Bezerra; MOTA, Dalva Maria da; MOREIRA, Éberton da Costa. O cotidiano de trabalhadores rurais no pós-trabalho assalariado na dendeicultura. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-25, e2524968, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.30.25.24968. Acesso em: 14 maio de 2026.

SANTANA, Gildo Ribeiro; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva; ANDRADE, Luciano Pires. Agroecologia e agricultura familiar sustentável: percursos e estratégias para transição. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 55-72, jan./abr. 2023.

SANTANA, Romário da Silva; BARCELOS, Herena Reis. Juventude Rural, Agroecologia e Políticas Públicas: uma revisão integrativa. *Cadernos de Agroecologia*, v. 17, n. 1, 2022.

SANTOS, J. S. A rede de feiras agroecológicas solidárias do Piemonte da Diamantina (Bahia) na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Tese UFPB. 125 f. 2024.

SILVA, Karla Jarlita de Moura; SALES, Ricélia Maria Marinho; MEDEIROS, Weverton Pereira de. Dinâmicas sociais e produtivas no contexto rural: a importância das mulheres rurais na Paraíba e a agroecologia. *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n1-052.

SILVA, Karla Jarlita de Moura; SALES, Ricélia Maria Marinho; MEDEIROS, Weverton Pereira de. Dinâmicas sociais e produtivas no

contexto rural: a importância das mulheres rurais na Paraíba e a agroecologia. *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2025. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv22n1-052

SILVA, Ozeane Araújo de Albuquerque da; COSTA, Thenilly Sérgia de Brito; ARAÚJO, Maria da Guia da Silva Araújo; CASTRO, Thiago Bernardino de Sousa; MEDEIROS, Emily Kadidja de; COSME, Francisco Canindé. Mulheres e Agroecologia: conquistando autonomia, promovendo solidariedade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 13., 2025. *Anais...* Cadernos de Agroecologia, v. 21, n. 1, 2026. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agroecologia, 2026. ISSN 2236-7934.

SILVEIRA, Jaqueline Patricia. Linhas borradas no cotidiano de mulheres rurais: o trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidado em contextos de agroindústrias familiares. 2022. 218 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: *https://lume.ufrgs.br/handle/10183/252370*. Acesso em: 15 jul. 2026.

SINGER, Paul. Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto, 2015.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUTO, Marília Gomes Barreto; BARRETO, Cristiane Gomes; CANAVESI, Flaviane de Carvalho. Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no empoderamento de mulheres agricultoras. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 19, n. 3, p. 309-332, 2024. DOI: 10.33240/rba.v19i3.53880.

SOUZA, Alcione Santos de. Conflitos pelo uso do território: camponeses e mineração no estado do Pará. 2024. 211 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

TRAJANO, Vitória Regina da Silva. Revisão de literatura: a importância da agroecologia para a segurança alimentar na agricultura familiar do semiárido nordestino. 2024. Monografia (Tecnologia em Agroecologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Sumé, 2024.

VIEIRA, M. R. A. Educação profissional e práxis da economia solidária: uma análise a partir das contribuições de E. P. Thompson. Trabalho Necessário, [S. l.], v. 21, n. 44, 2023. DOI: https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.57309. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57309/34076. Acesso em: 10 abr. 2026.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. RESR, Piracicaba - SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

---

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais (PPGGSA/UFCG/CCTA). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais (PPGGSA/UFCG/CCTA). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais (PPGGSA/UFCG/CCTA). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais (PPGGSA/UFCG/CCTA). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais (PPGGSA/UFCG/CCTA). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[6] Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais (PPGGSA/UFCG/ UAEF/CSTR). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[7] Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UAEF/CSTR /UFCG/). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail